

UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA

# Edital 33/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
33/2025	158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	CRISTIAN FABIO TYMUS	05/11/2025 14:52 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23422.002685/2025-20

## 1. DO OBJETO

# PREGÃO ELETRÔNICO

90024/2025

## CONTRATANTE (UASG)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (158658)

## OBJETO

Aquisição de material de expediente, limpeza, elétricos e materiais diversos

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.012.181,46 (um milhão, doze mil, cento e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos)

# DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/11/2025 às 14h 01m (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

menor preço por item

## Modo de disputa:

aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM

**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2025**

(Processo Administrativo nº 23422.002685/2025-20)

Torna-se público que o(a) **Universidade Federal da Integração Latino-Americana**, por meio do **Departamento de Licitações - DELIC**, sediado(a) Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, 1000 - Polo Universitário CEP: 85870-650, Foz do Iguaçu - Paraná, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de material de expediente, limpeza, elétricos e materiais diversos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com exceção dos itens 35 e 37, que são de ampla participação.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor unitário do item;*

6.1.2. *marca;*

6.1.3. *fabricante;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante *NÃO* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.17.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 7.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
- 7.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 7.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - 7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;
  - 7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.
- 7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.22.1. empresas brasileiras;
  - 7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Erros no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio de sítios oficiais na web, desde que passíveis de conferência/autenticação.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

*10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

*10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

*10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *5 (cinco)* dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/licitacoes>.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte endereço eletrônico: **licitacao@unila.edu.br**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/licitacoes>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.2. Termo de Ciência e concordância;

16.11.1.3. Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Proposta de Preços;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo IV – Instrução Normativa nº 01/2024 PROAGI/UNILA.

*Foz do Iguaçu, 05 de Novembro de 2025.*

**Diogo André Bastian**  
**Pró-Reitor de Administração, Gestão e Infraestrutura**

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CRISTIAN FABIO TYMUS**

Pregoeiro

UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA

# Termo de Referência 119/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
119/2025	158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	MARCIO APARECIDO YOKOMIZO	05/11/2025 14:55 (v 2.4)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23422.002685/2025-20

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material de expediente, limpeza, elétricos e materiais diversos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	231788	PILHA AAA - ALCALINA EMBALAGEM 2 UNIDADES Pilha AAA - tamanho palito. Características mínimas: Voltagem nominal: 1,5 V; capacidade 1,5 Ah; sistema eletroquímico alcalina; não contém mercúrio e cádmio; não recarregável. Validade de no mínimo 24 meses na data da entrega à instituição. Validade, dados técnicos do produto e do fabricante impressos no produto ou em seu rótulo/embalagem.	Embalagem com 2 unidades	5000	R\$ 8,78	R\$ 43.900,00
2	231790	PILHA AA - ALCALINA EMBALAGEM 2 UNIDADES Pilha AA; Características mínimas: Voltagem nominal: 1,5 V; capacidade 2,5 Ah; sistema eletroquímico alcalina; não contém mercúrio e cádmio; não recarregável. Validade de no mínimo 24 meses na data da entrega à instituição. Validade, dados técnicos do produto e do fabricante impressos no produto ou em seu rótulo /embalagem.	Embalagem com 2 unidades	5000	R\$ 12,66	R\$ 63.300,00
3	259995	PILHA RECARREGAVEL AA - EMBALAGEM 2 UNIDADES Pilha recarregável, tamanho pilha pequena, modelo AA. Características mínimas: aplicação equipamentos eletrônicos, sistema eletroquímico níquel metal hidreto (ni-mh), capacidade nominal 2600 mAh, tensão nominal 1,2V. Embalagem com 2 unidades. Validade de no mínimo 10 meses na data da entrega à instituição. Validade, dados técnicos do produto e do fabricante impressos no produto ou em seu rótulo/embalagem.	Embalagem com 2 unidades	2000	R\$ 26,88	R\$ 53.760,00
4	321139	PILHA RECARREGAVEL AAA - EMBALAGEM 2 UNIDADES Pilha recarregável, modelo AAA. Características mínimas: aplicação equipamentos eletrônicos, sistema eletroquímico níquel metal hidreto (ni-mh), capacidade nominal mínima 900 mah, tensão nominal 1,2V. Embalagem com 2 unidades. Validade de no		1500	R\$ 17,66	R\$ 26.490,00

		mínimo 10 meses na data da entrega à instituição. Validade, dados técnicos do produto e do fabricante impressos no produto ou em seu rótulo/embalagem.	Embalagem com 2 unidades			
5	196135	<p><b>PILHA RECARREGÁVEL 9V</b></p> <p>Características mínimas: pilha recarregável, modelo 6F22, sistema eletroquímico níquel metal, metal hidreto, capacidade nominal 250 mAh, tensão nominal 9 V. Garantia do fabricante (impressa no produto ou em seu rótulo/embalagem) com validade de pelo menos 10 meses, na data da entrega do material à instituição. Validade, dados técnicos do produto e do fabricante impressos no produto ou em seu rótulo/embalagem.</p>	Unidade	200	R\$ 29,85	R\$ 5.970,00
6	258550	<p><b>CARREGADOR PILHA</b></p> <p>Carregador pilha / bateria; tipo portátil; velocidade carga rápida (máximo 4 horas); tensão alimentação 110/220 V; capacidade: 1 bateria 9V, 4 pilhas AA e 4 pilhas AAA; características adicionais função auto-descarga e desligamento automático; aplicação pilha 1,5V / bateria 9V. O aparelho deve possuir visor ou sistema de indicação visual individual por pilha/bateria (ex.: display LCD ou LED), com sinalização clara do status de carregamento (em carga, carga completa ou defeito).</p>	Unidade	500	R\$ 32,17	R\$ 16.085,00
7	329743	<p><b>CANETA MARCADORA PARA QUADRO BRANCO - AZUL / PRETA / VERMELHA</b></p> <p>Caneta marcadora para quadro branco em acrílico, com reposição constante da tinta, recarregável, capacidade mínima de 7 ml, material do corpo: plástico, material da ponta: feltro, com ponta redonda de 6,0 mm, com data de validade impressa no produto de no mínimo de 10 meses, quando da data de entrega. Cores: azul, preta e vermelha a definir no momento da solicitação.</p>	Unidade	4000	R\$ 3,35	R\$ 13.400,00
8	271022	<p><b>CANETA ESFEROGRÁFICA – AZUL / PRETA / VERMELHA</b></p> <p>Caneta esferográfica, características mínimas: escrita normal de 1mm, com tampa, ponta de latão e esfera de tungstênio, aprovada pelo Inmetro, corpo transparente; produto deve evitar vazamentos e borrões na escrita; mínimo de mil e quatrocentos metros de escrita, na cor azul, preta e vermelha a definir no momento da solicitação de fornecimento. Com data de validade impressa no produto ou embalagem de, no mínimo 12 meses quando da data de entrega. Validade, dados técnicos do produto e do fabricante impressos no produto ou em seu rótulo/embalagem. Apresentar comprovante de certificação do INMETRO, além da escrita no produto / embalagem.</p>	Unidade	3000	R\$ 1,54	R\$ 4.620,00
9	279446	<p><b>CANETA HIDROGRÁFICA PONTA 4 MM - AZUL</b></p> <p>Caneta hidrográfica com corpo resistente, tinta à base de água ou álcool, com secagem rápida e ponta de fibra sintética com 4 mm de diâmetro. Cor da tinta azul; Ponta porosa/fibra sintética, com espessura de aproximadamente 4 mm; Ponta redonda ou chanfrada (ambos aceitos, desde que atendam à espessura mínima exigida); Corpo cilíndrico ou ergonômico, com tampa ventilada (antiasfixiante) e encaixe seguro; Tinta à base de água ou álcool, de secagem rápida, sem cheiro agressivo; Capacidade de escrita contínua mínimo de 600 metros; Tampa e corpo na cor da tinta, para fácil identificação visual; Produto atóxico, conforme norma ABNT NBR 15236 ou equivalente; Embalagem com identificação do fabricante, lote, CNPJ e validade; Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.</p>	Unidade	300	R\$ 4,45	R\$ 1.335,00
10	283672	<p><b>CANETA MARCA TEXTO – AMARELO / AZUL / VERDE</b></p> <p>Caneta marca-texto de alta durabilidade, com tinta fluorescente à base de água, ideal para destacar textos em papel comum, reciclado ou impresso. Deve apresentar corpo resistente, tampa ventilada com encaixe firme e ponta chanfrada que permite traços de diferentes espessuras; Cores Amarelo, Azul e Verde (a serem especificadas no momento da compra); Ponta chanfrada, em fibra porosa ou poliéster, com espessura variável entre 1 mm (traço fino) e 4 mm (traço largo); Tinta fluorescente, à base de água, com secagem rápida e resistência ao desbotamento; Corpo em plástico resistente, com tampa ventilada (com orifício de segurança conforme ISO 11540 ou ABNT NBR 15236); Tampa com encaixe firme e da mesma cor da tinta, para fácil</p>	Unidade	1000	R\$ 1,51	R\$ 1.510,00

		identificação visual; Produto atóxico, conforme normas aplicáveis; Embalagem contendo dados do fabricante, cor, lote, validade e CNPJ. Validade mínima 12 meses a partir da data de entrega.				
11	396636	<p><b>LÁPIS PRETO 2 B</b></p> <p>Características mínimas: Lápis preto com graduação 2B, ideal para escrita, desenhos, esboços e marcações diversas. Fabricado com madeira macia de fácil apontamento, mina resistente à quebra e corpo com formato ergonômico; Indicado para escrita, marcação, sombreamento e desenho artístico ou técnico; Mina resistente, com grafite de alta qualidade, diâmetro mínimo de 2 mm; Corpo sextavado (hexagonal) ou redondo, em madeira de boa qualidade, de fácil apontamento e sem lascas; Revestimento externo pintura atóxica, resistente à abrasão e à umidade; Produto atóxico, conforme normas INMETRO e ABNT NBR 15236 (artigos escolares); Comprimento total aproximadamente 17,5 cm (padrão escolar); sem borracha acoplada; Embalagem com identificação do fabricante, lote, CNPJ e validade mínima de 12 meses a partir da entrega.</p>	Unidade	5000	R\$ 0,72	R\$ 3.600,00
12	273697	<p><b>APONTADOR DE LÁPIS COM RESERVATÓRIO</b></p> <p>Apontador manual, individual, com reservatório acoplado, corpo fabricado em plástico resistente e atóxico, com lâmina metálica de aço inoxidável ou aço carbono temperado, fixada com parafuso. Reservatório transparente ou translúcido, em material plástico resistente, com encaixe firme ao corpo do apontador. Capacidade do reservatório compatível com uso escolar ou institucional, devendo comportar quantidade razoável de resíduos (mínimo 10 apontamentos).</p>	Unidade	300	R\$ 2,87	R\$ 861,00
13	242857	<p><b>PAPEL A4 90 G/M2 BRANCO</b></p> <p>Papel branco formato A4 (210 mm x 297 mm), com gramatura de 90 g/m², alta alvura e excelente qualidade, sendo o tipo de papel sulfite alcalino ou offset, com superfície lisa e uniforme, sem revestimento; Embalagem com identificação da marca, gramatura, lote, CNPJ do fabricante ou distribuidor.</p>	Pacote com 250 folhas	500	R\$ 27,10	R\$ 13.550,00
14	231123	<p><b>PAPEL A3 75 G/M2 BRANCO</b></p> <p>Papel na cor branca formato A3 (297 mm x 420 mm), com gramatura de 75 g/m², com alvura mínima de 90%, sendo o tipo de papel sulfite ou offset alcalino, com superfície lisa e sem revestimento; Corte preciso (folhas bem alinhadas e sem rebarbas); Embalagem devidamente identificada com marca, gramatura, lote e CNPJ do fabricante ou distribuidor;</p>	Pacote 100 folhas	500	R\$ 24,13	R\$ 12.065,00
15	244820	<p><b>PAPEL MILIMETRADO BRANCO 250X350</b></p> <p>Papel milimetrado, branco, formato 250x350 mm, bloco com 50 folhas.</p>	Pacote com 50 folhas	200	R\$ 9,90	R\$ 1.980,00
16	343240	<p><b>PAPEL EMBORRACHADO EVA</b></p> <p>Papel emborrachado EVA, atóxico, lavável, higiênico, textura homogênea, padrão liso, densidade de 0,1 g/cm3, medindo 40 x 60 cm, espessura de 2 mm. Nas cores preto, amarelo, azul, branco, vermelho, verde, laranja e roxo (a definir no momento da solicitação de fornecimento)</p>	Unidade	500	R\$ 2,83	R\$ 1.415,00
17	259214	<p><b>PAPEL CELOFANE AZUL / AMARELO / INCOLOR / VERDE</b></p> <p>Papel celofane azul, amarelo, incolor e verde - a definir no momento da solicitação; em celulose, 75 g/m2, pesando 20 micras, medindo 90 cm x 100 cm.</p>	Unidade	2000	R\$ 1,26	R\$ 2.520,00
18	463081	<p><b>PORTA FOLHAS ACRILICO A4 RETRATO</b></p> <p>Quadro de avisos tipo display, material acrílico cristal mínimo 2 mm, tamanho compatível com folha A4, fixação com fita adesiva dupla face ou parafuso, com possibilidade de fixar no formato A4 ou paisagem. Deve acompanhar todos os itens necessários para fixação, inclusive buchas.</p>	Unidade	400	R\$ 14,80	R\$ 5.920,00



19	388195	<p><b>ETIQUETA AUTO-ADESIVA POLIÉSTER</b></p> <p>Etiqueta térmica adesiva em poliéster; medindo 20x55mm; cores: cromo fosca e branca, a ser definido no momento do pedido. Apresentação: bobina; 1 coluna; contendo 1.000 unidades cada.</p>	Unidade	60	R\$ 129,23	R\$ 7.753,80
20	278972	<p><b>FITA CREPE 50 MM X 50 M</b></p> <p>Fita crepe, formato 50 mm x 50 m, com alto poder de aderência, na cor branca, com selo do inmetro e descrição no interior do rolo, com data de validade (impressa no produto ou em seu rótulo/embalagem) de no mínimo 20 meses na data da entrega à instituição.</p>	Unidade	340	R\$ 11,63	R\$ 3.954,20
21	230814	<p><b>FITA ADESIVA INCOLOR LARGA 50 MM X 50 M</b></p> <p>Fita adesiva incolor de uso geral, com largura de 50 mm e comprimento de 50 metros; Material do filme em polipropileno (BOPP) ou equivalente, com boa resistência; Adesivo acrílico à base d'água ou hot melt (ambos aceitos), com alta adesividade em superfícies de papel, papelão e plástico; Aplicação manual ou com aplicador (dispensador); Espessura total (filme + adesivo) mínimo de 40 micra; Cor incolor (translúcida), com boa transparência; Produto não deve apresentar rasgos, bolhas ou falhas de cola.</p>	Unidade	640	R\$ 4,03	R\$ 2.579,20
22	308730	<p><b>APLICADOR MANUAL FITA</b></p> <p>Aplicador de fita adesiva, para fitas de até 50mm de largura, corpo metálico, cabo em plástico reforçado com desing anatômico, serrilha para corte e com regulagem de tensão.</p>	Unidade	20	R\$ 18,22	R\$ 364,40
23	289329	<p><b>APAGADOR PARA QUADRO BRANCO</b></p> <p>Apagador para quadro branco com base de plástico reforçado, feltro macio e resistente, medindo 15 x 6 cm, refil substituível</p>	Unidade	370	R\$ 6,69	R\$ 2.475,30
24	203503	<p><b>APAGADOR PARA QUADRO NEGRO</b></p> <p>Apagador para quadro negro, em feltro, medindo 15 x 4,5 cm, corpo em madeira. Características adicionais: caixa de madeira lixada e sem pontas / ferpas, para acondicionar giz</p>	Unidade	500	R\$ 6,65	R\$ 3.325,00
25	313939	<p><b>COLA BASTÃO 20 G</b></p> <p>Cola em bastão, fabricada a base de éter de poliglucosídeo, sem glicerina, atóxica, com regulagem de altura, medindo 9,5 cm (variação de até 10%), tubo com 20 gramas, com data de validade (impressa no produto ou em seu rótulo/embalagem) de no mínimo 10 meses a contar da entrega à instituição.</p>	Unidade	200	R\$ 2,58	R\$ 516,00
26	151078	<p><b>APLICADOR MANUAL DE FILME STRETCH</b></p> <p>Aplicador manual de filme stretch com regulagem, freio em ambas as extremidades para controle do estiramento, tubete com núcleo aproximado de 3 polegadas, para bobina de até 600mm.</p>	Unidade	10	R\$ 204,66	R\$ 2.046,60
27	418623	<p><b>FILME STRETCH</b></p> <p>Papel filme tipo stretch, 500mm, transparente, bobina com aproximadamente 10 kg, utilização em paletização.</p>	Bobina 10 kg	100	R\$ 170,58	R\$ 17.058,00
28	220986	<p><b>PLÁSTICO BOLHA</b></p> <p>Bobina tamanho 1,30M X 100M</p>	Bobina	30	R\$ 69,67	R\$ 2.090,10
29	252642	<p><b>PAPEL ALUMINIO</b></p> <p>Papel Alumínio, rolo 7,5m x 30 cm</p>	Rolo 7,5 m	100	R\$ 5,19	R\$ 519,00

30	426598	<p>PAPEL FILME - 30M</p> <p>Papel Filme, Material PVC, Cloreto De Polivinila. Transparente para embalagem.</p> <p>Rolo de 30 m x 28 cm</p>	Rolo 30m	100	R\$ 4,87	R\$ 487,00
31	352973	<p>CABO ÁUDIO E VÍDEO P10xP10 TS</p> <p>Cabo P10xP10 TS, desbalanceado/mono, corpo em metal niquelado, prensa cabo interno, ponta em peça única (sem uso de parafuso para evitar que a ponta fique presa dentro de aparelhos), montagem sem utilização de parafuso (s); cabo 01 via (balanceado/estereo) com condutor de cobre estanhado, blindagem em cobre trançado e fita de alumínio, bitola das vias 0,30mm², cobertura de PVC flexível.</p> <p>Medida: 5 metros</p>	Unidade	150	R\$ 26,76	R\$ 4.014,00
32	382957	<p>CABO HDMI 15M</p> <p>Indicado para conectar Dvd Player, blu-ray, videogames, receptor e conversor de Tv digital, TVs de Plasma, Lcd, Led e monitores. Compatível com resoluções de 480i, 480p, 720i, 720p, 1080i e 1080p Blindagem dupla ou tripla para máxima isolamento contra interferências externas - Revestimento externo em PVC de alta qualidade - Isoladores de polietileno (Fpe) blindados por fita Mylar -Suporte: Full Hd, Lossless Audio T/ Deep Color T</p>	Unidade	300	R\$ 72,63	R\$ 21.789,00
33	453304	<p>CARTÃO DE MEMÓRIA 64 GB, TIPO SDXC</p> <p>Resistente a água; Resolução máxima de vídeo: 64K; Tipo SDXC; Velocidade de Leitura: 150MB/s; Classe de leitura: 10</p>	Unidade	500	R\$ 44,89	R\$ 22.445,00
34	461469	<p>LEITOR DE CARTÃO USB 32 GB</p> <p>Leitor de memórias, com conexão USB 3.0, leitura de micro SDHC, SD, SDHC, memory stick PRO DUO, compact, flash e UDMA 6. Velocidade de transmissão mínima de 200 mb/s, capacidade 32 GB.</p>	Unidade	20	R\$ 88,95	R\$ 1.779,00
35	453792	<p>FONE DE OUVIDO COM MICROFONE PARA COMPUTADOR - HEADSET</p> <p>Fone de ouvido com microfone, não deve possuir duplo sistema P2 e USB, o item deve ter uma única interface USB plug and play em cabo contínuo; Plug-and-play USB sem necessidade de software adicional; Função fone de ouvido e função microfone em um único dispositivo; Não deve requerer placa de som no computador; Estéreo, com Tiara/Haste ajustável/Regulável, sobre a cabeça e forrado para melhor conforto; Protetor do ouvido almofadado revestido em corino substituíveis para ambas orelhas; Cor Predominante: Preta; Braço do microfone com eixo ajustável; Microfone unidirecional com cancelamento de ruído; Deve oferecer controle de volume, mudo, acoplado no próprio cabo; Impedância de entrada: 32 Ohms; Sensibilidade (headphone): 94dBV/Pa +/- 3 dB; Sensibilidade (microfone): -17 dBV/Pa +/- 4 dB; Resposta de frequência (Headset): 20 Hz - 20 kHz; Resposta de frequência (Microfone): 100 Hz -10 kHz; Cabo com no mínimo 1,50 m de comprimento; Conexões: USB-A - Compatível (1.1, 2.0, 3.0). Compatível com Linux e Windows 10 Pr. Garantia (impressa no produto ou em seu rótulo /embalagem) do fabricante de pelo menos 12 meses, na data da entrega do material à instituição. Modelo de Referência: fone de ouvido Headset Biauricular USB h390 Logitech, equivalente ou de melhor qualidade</p>	Unidade	600	R\$ 179,41	R\$ 107.646,00
36	453792	<p>FONE DE OUVIDO COM MICROFONE PARA COMPUTADOR - HEADSET</p> <p>Fone de ouvido com microfone, não deve possuir duplo sistema P2 e USB, o item deve ter uma única interface USB plug and play em cabo contínuo; Plug-and-play USB sem necessidade de software adicional; Função fone de ouvido e função microfone em um único dispositivo; Não deve requerer placa de som no computador; Estéreo, com Tiara/Haste ajustável/Regulável, sobre a cabeça e forrado para melhor conforto; Protetor do ouvido almofadado revestido em corino substituíveis para ambas orelhas; Cor Predominante: Preta; Braço do microfone com eixo ajustável; Microfone unidirecional com cancelamento de ruído; Deve oferecer controle de volume, mudo, acoplado no próprio cabo; Impedância de entrada: 32 Ohms; Sensibilidade (headphone): 94dBV/Pa +/- 3 dB; Sensibilidade (microfone): -17 dBV/Pa +/- 4 dB; Resposta de frequência (Headset): 20 Hz - 20 kHz; Resposta de frequência (Microfone): 100 Hz -10 kHz; Cabo com no mínimo 1,50 m de</p>	Unidade	200	R\$ 179,41	R\$ 35.882,00

		comprimento; Conexões: USB-A - Compatível (1.1, 2.0, 3.0). Compatível com Linux e Windows 10 Pr. Garantia (impressa no produto ou em seu rótulo/embalagem) do fabricante de pelo menos 12 meses, na data da entrega do material à instituição. Modelo de Referência: fone de ouvido Headset Biauricular USB h390 Logitech, equivalente ou de melhor qualidade. Cota 25% - Reservada ME/EPP				
37	457753	<p><b>WEBCAM PARA VÍDEOCONFERÊNCIA</b></p> <p>Webcam Deverá possuir qualidade mínima de 720 pixels (1280 x 720 pixels) para videochamada; Deverá possuir microfone embutido com redução de ruídos; Sua conectividade deverá ser USB 2.0 ou superior; Deverá possuir cabo com comprimento de aproximadamente 1,5 metros (variação de até 10%); Clipe universal que se ajusta a laptops e monitores LED; Foco automático; Disponibilidade de drivers Linux e Windows 7, 8, 8.1 e 10 Profissional 64-bit; Garantia do fabricante (impressa no produto ou em seu rótulo/embalagem) de pelo menos 10 meses, na data da entrega do material à instituição. Modelo referência: Logitech HD Webcam c270, de mesma equivalência técnica ou de melhor qualidade.</p>	Unidade	600	R\$ 204,83	R\$ 122.898,00
38	457753	<p><b>WEBCAM PARA VÍDEOCONFERÊNCIA</b></p> <p>Webcam Deverá possuir qualidade mínima de 720 pixels (1280 x 720 pixels) para videochamada; Deverá possuir microfone embutido com redução de ruídos; Sua conectividade deverá ser USB 2.0 ou superior; Deverá possuir cabo com comprimento de aproximadamente 1,5 metros (variação de até 10%); Clipe universal que se ajusta a laptops e monitores LED; Foco automático; Disponibilidade de drivers Linux e Windows 7, 8, 8.1 e 10 Profissional 64-bit; Garantia do fabricante (impressa no produto ou em seu rótulo/embalagem) de pelo menos 10 meses, na data da entrega do material à instituição. Modelo referência: Logitech HD Webcam c270, de mesma equivalência técnica ou de melhor qualidade. Cota 25% - Reservada ME /EPP</p>	Unidade	200	R\$ 204,83	R\$ 40.966,00
39	457753	<p><b>EXTENSÃO ELETRICA 10M - 3 TOMADAS</b></p> <p>Extensão elétrica de 10 metros, 3 tomadas (padrão brasileiro 2P+T), cabo flexível, corrente nominal 10 ampéres, fio de cobre eletrolítico de têmpera mole, classe de encordoamento 4, capa externa em PVC, tensões de até 250 volts.</p>	Unidade	100	R\$ 40,13	R\$ 4.013,00
40	150930	<p><b>REFIL PARA FILTRO DE ÁGUA</b></p> <p>Refil para filtro de agua POU 9"3/4 com carvão ativado.</p>	Unidade	200	R\$ 38,29	R\$ 7.658,00
41	150930	<p><b>FILTRO DE ÁGUA</b></p> <p>Filtro de água 9"3/4, POU completo. Refil com carvão ativado.</p>	Unidade	100	R\$ 159,28	R\$ 15.928,00
42	334033	<p><b>GARRAFA TÉRMICA INQUEBRÁVEL INOX</b></p> <p>Acabamento externo e ampola em aço inoxidável de alta qualidade. Capacidade: 1,8 Litros. Sistema de servir: Bombeamento por pressão. Conservação térmica quente: 9 horas. Conservação térmica frio: 20 horas.</p>	Unidade	200	R\$ 101,43	R\$ 20.286,00
43	240349	<p><b>CAVALETE FLIP CHART</b></p> <p>Cavalete/quadro flip chart desmontável. Perfil em tubo de aço, pintura eletrostática na cor preta; quadro/tela resistente em madeira, revestimento na cor branca próprio para uso de caneta de quadro branco, medindo 67cm X 89cm (aproximadas), apoio para blocos de papel MDF. Suporte para colocação de apagador / canetas. Pés reguláveis e retráteis, sem rodízios. Altura entre 1,70m e 1,80m.</p>	Unidade	20	R\$ 258,99	R\$ 5.179,80
44	381426	<p><b>BLOCO FLIP CHART</b></p> <p>Bloco flip chart com 50 folhas; papel branco 75Gr/m2, medidas aproximadas 64cm X 88cm. Serrilhado. Perfurado. Sem pauta.</p>	Unidade	30	R\$ 51,10	R\$ 1.533,00
		<p><b>DISPENSER PARA PAPEL TOALHA (Rolo)</b></p> <p>Dispenser papel bobinado, material: acrílico, tipo: parede, cor: incolor,</p>				

45	150601	características adicionais: com sistema de alavanca. Medidas aproximadas: Altura: 380mm x Largura: 300mm x Profundidade: 190mm. Peso do dispensador: 2,122 Kg. Papéis Utilizados: Papéis Toalha Bobina 20 cm x 200 metros.	Unidade	50	R\$ 163,08	R\$ 8.154,00
46	12792	<b>PAPEL TOALHA BOBINA 200m</b> Toalha de papel, material papel alta alvura (100% fibras recicladas), tipo folha simples, comprimento 200 m, largura 20 cm, cor branca, características adicionais super-resistente, rápida absorção de líquidos, picotado e/ou serrilhado. fardo com 6 bobinas.	Fardo com 6 bobinas	200	R\$ 119,63	R\$ 23.926,00
47	12792	<b>PAPEL TOALHA INTERFOLHAS - 1000 FOLHAS</b> Papel toalha interfolhas, folha branca, papel 100% celulose virgem, 21x22cm a folha (variação de mais ou menos até 10%), pacote com no mínimo 1000 folhas, tipo 2 dobras, alto poder de absorção, gramatura mínima 36 g/m2. A embalagem deve conter dados do fabricante e do produto e evitar a entrada de sujeira no produto.	Pacote com 1000 folhas	500	R\$ 12,27	R\$ 6.135,00
48	224640	<b>PAPEL HIGIÊNICO 300M X 10Cm</b> Papel higiênico 300 m x 10 cm, fardo com 8 unidades, papel branco, 100% de fibras de celulose, institucional, diâmetro de 200 mm, tipo gofrado, folha simples.	Fardo com 8 rolos	100	R\$ 40,33	R\$ 4.033,00
49	420506	<b>FLANELA DE ALGODÃO - LARANJA</b> Flanela de limpeza confeccionada em tecido macio e absorvente, adequada para limpeza geral. Com as dimensões 38 cm (largura) x 58 cm (comprimento); Tecido flanelado 100% algodão, ou composição mínima de 80% algodão, com gramatura mínima de 120 g/m², proporcionando boa capacidade de absorção, maciez e resistência ao uso repetido; Cor laranja, tonalidade uniforme; Bordas com costura ou bainha reforçada em todo o contorno; Corte simétrico e acabamento limpo, sem fios soltos, manchas ou falhas no tecido.	Unidade	400	R\$ 2,60	R\$ 1.040,00
50	357462	<b>PANO DE CHÃO ALVEJADO</b> Pano de limpeza do tipo alvejado, confeccionado em tecido de alta qualidade, adequado para a limpeza de pisos em geral. Material 100% algodão, tecido de trama fechada, com excelente absorção e resistência. Saco alvejado, com tratamento adequado para branqueamento (alvejamento). Dimensões mínimas do pano 50 cm x 75 cm. Trama fechada, uniforme, com no mínimo 8 fios por cm², devendo apresentar boa densidade têxtil, resistência e capacidade de absorção. Gramatura mínima de 140 g/m² (ou superior, preferencialmente), o que garante robustez e durabilidade. Acabamento com bainha reforçada para evitar desfiamento, costurado em todas as bordas, sem fios soltos ou partes descosturadas; Produto higienizado, isento de sujeira ou manchas.	Unidade	300	R\$ 8,62	R\$ 2.586,00
51	413361	<b>PANO DE PRATO</b> Pano para limpeza de prato, 100% algodão, branco, alvejado, liso sem estampa, pré-lavado e pré-encolhido, com barra feita, medindo no mínimo 68 cm x 40 cm	Unidade	200	R\$ 3,99	R\$ 798,00
52	234406	<b>VASSOURA DE NYLON</b> Vassoura com cerdas de náilon de alta resistência, com boa flexibilidade e durabilidade. Material da cabeça em plástico resistente, com acabamento reforçado. Largura mínima da cabeça 30 cm, proporcionando maior área de cobertura na limpeza. Cabo de rosca incluso, confeccionado em madeira com revestimento plástico em toda a extensão, garantindo maior resistência à umidade, com comprimento mínimo de 120 cm, leve e ergonômico. O produto deverá estar livre de imperfeições, com cerdas firmemente fixadas e sem deformações.	Unidade	100	R\$ 20,06	R\$ 2.006,00
53	253025	<b>RODO PARA CHÃO LIMPEZA GERAL</b> Rodo de plástico; puxador duplo; tamanho mínimo de 60 cm; com cabo de 120cm (mínimo) com rosca em madeira ou alumínio; indicação tipo puxa e seca	Unidade	150	R\$ 22,56	R\$ 3.384,00

54	417993	<p><b>BALDE PLÁSTICO - 12 LITROS</b></p> <p>Balde de plástico para limpeza geral, com alça metálica. Capacidade útil 12 Litros. Cor preta. Material: plástico de alta resistência (ex.: polipropileno ou polietileno de alta densidade – PEAD), espessura reforçada. Alça metálica, com acabamento galvanizado ou inoxidável, com boa fixação ao corpo do balde; Puxador inferior localizado na parte externa inferior do balde, moldado ou acoplado ao corpo. Borda superior reforçada para evitar deformações. Produto novo, limpo, sem avarias, rachaduras ou deformações.</p>	Unidade	200	R\$ 20,22	R\$ 4.044,00
55	417993	<p><b>ESPANADOR ELETROSTÁTICO</b></p> <p>Espanador eletrostático com cabo prolongado e cabeça flexível, indicado para limpeza de superfícies diversas, inclusive de difícil acesso, em ambientes internos. Cabeça flexível, com cerdas eletrostáticas que atraem e retêm poeira; Material das cerdas em microfibras ou outro material com propriedades eletrostáticas comprovadas; Comprimento aproximado de 38 cm; Cabo anatômico, resistente, com orifício para pendurar; Lavável, com possibilidade de reutilização após a secagem;</p>	Unidade	10	R\$ 31,60	R\$ 316,00
56	374221	<p><b>LUVA DE LATÉX PARA LIMPEZA (P / M / G / GG)</b></p> <p>Luva de segurança, confeccionada em borracha natural (látex), revestida internamente com flocos de algodão, antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na face dorsal e punho. Embalagem contendo 1 par. * Tamanhos P, M, G e GG a serem definidos no momento da solicitação de fornecimento</p>	Par	1000	R\$ 9,55	R\$ 9.550,00
57	226795	<p><b>SABÃO EM PÓ – 1 KG</b></p> <p>Sabão em pó multiuso, de uso doméstico, com alto poder de limpeza, formulado com matérias-primas de qualidade superior. Composição química básica: tensoativos aniônicos (ex.: alquilbenzeno sulfonato de sódio), agentes alcalinizantes (como carbonato de sódio), agentes antirredespositantes, enzimas (protease, amilase, etc.), branqueadores ópticos, perfume, e demais aditivos compatíveis com formulações de alto desempenho. Propriedades do produto: Biodegradável, conforme normas ambientais vigentes; Baixa formação de espuma residual, facilitando o enxágue; Compatível com máquinas de lavar e lavagem manual; pH controlado, adequado para o uso doméstico e seguro para tecidos. Apresentação: embalagem resistente, lacrada, contendo 1 kg, com rótulo impresso pelo fabricante. Informações obrigatórias no rótulo: composição química, modo de uso, advertências, número do lote, data de fabricação e validade. Validade mínima: 10 meses a partir da data de entrega. Registro: O produto deve estar registrado ou notificado junto à ANVISA, conforme legislação vigente.</p>	Embalagem 1 Kg	100	R\$ 15,67	R\$ 1.567,00
58	11865	<p><b>SABÃO LÍQUIDO LAVA ROUPAS - 1 LITRO</b></p> <p>Sabão líquido para lavagem de roupas, de uso doméstico, com alta performance na remoção de sujeiras e manchas, compatível com máquinas de lavar e também para uso manual. Composição química básica: tensoativos aniônicos e não iônicos (ex.: alquilbenzeno sulfonato de sódio, etoxilados), agentes sequestrantes (como EDTA ou citratos), enzimas ativas (protease, amilase, celulase, etc.), estabilizantes, espessantes, branqueadores ópticos, fragrância e conservantes. Alto poder de limpeza, inclusive em lavagens com água fria; Formação de espuma controlada, adequada para lavadoras automáticas e semiautomáticas; Fragrância agradável e duradoura, sem ser agressiva. Embalagem plástica resistente, contendo 1 litro de produto; Tampa com rosca dosadora ou similar, que permita o uso controlado e evite desperdício. Informações obrigatórias no rótulo: Identificação do produto, número do lote, data de fabricação e validade; Composição completa; Instruções de uso (modo de diluição, dosagem recomendada, tipo de tecido compatível, etc.); Advertências de segurança e cuidados no manuseio; Registro ou notificação válida junto ao Ministério da Saúde/ANVISA. Validade mínima: 10 (dez) meses a contar da data de entrega à instituição. O produto deverá ser biodegradável conforme normas ambientais brasileiras (ex.: NBR 15031), sem causar danos ao meio ambiente. O pH deve ser adequado ao uso doméstico (em torno de 7 a 9), não agressivo à pele nem às roupas.</p>	Embalagem 1 litro	150	R\$ 14,34	R\$ 2.151,00

59	249894	<p><b>DETERGENTE LÍQUIDO PARA LOUÇA 500 ML - NEUTRO</b></p> <p>Detergente líquido para louça, biodegradável, neutro, à base de hidróxido de sódio, remoção de gorduras de louças, talheres e painéis, desencrustante pH puro 12,5 a 13,5, líquido, 1,12 a 1,14 g/m³. Tensoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes, linear alquilbenzeno sulfonato de sódio. Com registro no Ministério da Saúde, rótulo do fabricante contendo a composição, utilização, data de fabricação e de validade. Validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega. Frasco de 500 ml.</p>	Embalagem 500 ml	120	R\$ 2,51	R\$ 301,20
60	303276	<p><b>DETERGENTE CONCENTRADO - 5L</b></p> <p>Detergente Neutro Concentrado. Aplicação: para limpeza em geral. tipo: neutro. Aspecto físico: líquido, concentrado. Composição: tensoativo aniônico, tensoativo não iônico. Acidez: pH 6,5 a 7,5. Apresentação: embalagem contendo 5 litros, com rótulo contendo as características químicas (como composição, pH), proporção de diluição, validade e marca do fabricante, o produto deve possuir registro anvisa. Embalagem de 5 litros. Marca/modelo de referência: Exodo Detertex</p>	Galão 5L	80	R\$ 137,28	R\$ 10.982,40
61	241744	<p><b>DESINFETANTE PARA USO GERAL - 5 litros</b></p> <p>Desinfetante, composição à base de quaternário de amônio. Princípio ativo: cloreto de alquil dimetil benzil amônio + tensoativo S. Teor ativo em torno de 0,6%. Características adicionais: com aroma de eucalipto. Produto incolor. Com registro no Ministério da Saúde. Com rótulo do fabricante contendo a composição, data de fabricação e de validade. Validade mínima de 18 meses.</p>	Galão 5L	20	R\$ 11,69	R\$ 233,80
62	287791	<p><b>SABÃO EM PASTA - 500 G</b></p> <p>Sabão pasta, composição glicerina, tensoativo aniônico e carboidrato, aplicação limpeza pesada com ação desengraxante. Embalagem de 500 gr. Prazo de validade de no mínimo 6 meses quando da data da entrega à instituição</p>	Embalagem de 500 gr.	10	R\$ 10,63	R\$ 106,30
63	481012	<p><b>ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% - 1 litro</b></p> <p>Álcool Etílico Limpeza de Ambientes e para desinfecção instantânea da pele, líquido, Etílico Hidratado 70%. 1 litro, com registro no Ministério da Saúde, com rótulo do fabricante contendo composição, data de fabricação e data/prazo de validade. Validade mínima de 18 meses na data de entrega à instituição.</p>	Emabalagem 1 litro	300	R\$ 8,15	R\$ 2.445,00
64	226700	<p><b>ÁGUA SANITÁRIA – 5 LITROS</b></p> <p>Água sanitária com ação bactericida, germicida e alvejante, indicada para limpeza, desinfecção e higienização de superfícies, ambientes e utensílios, conforme regulamentações da Anvisa. Produto deve conter hipoclorito de sódio com teor de cloro ativo dentro dos padrões legais e estar devidamente registrado no órgão competente. Apresentação líquido límpido, homogêneo, com odor característico de cloro; Galão plástico resistente com 5 (cinco) litros, com tampa rosqueável e vedação segura; Composição: Hipoclorito de sódio e veículo apropriado para diluição, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5% (conforme legislação vigente); Validade mínima na data da entrega de 12 meses; O rótulo deve conter informações obrigatórias conforme legislação vigente (nome do fabricante, lote, validade, modo de uso, cuidados de armazenamento, entre outros);</p>	Embalagem 5 litros	60	R\$ 11,79	R\$ 707,40
65	625049	<p><b>ABRAÇADEIRA PLÁSTICA 150X3,6 MM</b></p> <p>Abraçadeira plástica tipo nylon (enforca-gato), utilizada para fixação, organização e agrupamento de cabos, fios, componentes ou objetos diversos. Produto de uso único, com sistema de travamento automático, resistente e seguro. Dimensões comprimento de 150 mm (15 cm) x largura de 3,6 mm; Material nylon 6.6 (poliamida), com alta resistência mecânica; Cor preta ou natural (translúcida), fechamento Dentado com trava autoengate (irreversível); resistência à tração mínimo de 18 kgf (quilogramas-força).</p>	Pacote 100 unidades	100	R\$ 14,51	R\$ 1.451,00
		<p><b>ABRAÇADEIRA PLÁSTICA 200X4,8 MM</b></p> <p>Abraçadeira plástica tipo nylon (enforca-gato), utilizada para fixação, organização e agrupamento de cabos, fios, componentes ou objetos diversos. Produto de uso único,</p>				

66	625049	com sistema de travamento automático, resistente e seguro. Dimensões comprimento de 200 mm (20 cm) x largura de 4,8 mm; Material nylon 6.6 (poliamida), com alta resistência mecânica; Cor preta ou natural (translúcida), fechamento dentado com trava autoengate (fechamento irreversível), resistência à tração mínimo de 22 kgf (quilogramas-força).	Pacote 100 unidades	100	R\$ 25,70	R\$ 2.570,00
67	623521	<b>COBERTOR DE SOLTEIRO ADULTO</b> Antialérgico, composição mista que possibilite ser secado em secadora elétrica industrial, na composição 50% poliéster, 20% acrílico, 20% algodão, 5% polipropileno, 5% viscose no tamanho 140cm x 220cm com barra poliamida 100%. as medidas aqui apresentadas podem ter uma variação de até 5%.	Unidade	430	R\$ 86,26	R\$ 37.091,80
68	623431	<b>LENÇOL 180 FIOS</b> 50% algodão e 50% poliéster, com gramatura mínima de 120g/m2, tamanho 230cm de altura x 250cm de comprimento na cor branca, com espaçamento de 25 a 30cm. o logotipo deverá ser no tamanho 9,0cm de altura x 4,5cm de comprimento. as medidas aqui apresentadas podem ter uma variação de até 5%.	Unidade	130	R\$ 79,43	R\$ 10.325,90
69	621195	<b>FRONHA PARA TRAVESSEIRO</b> Tipo envelope, 180 fios, em tecido 50% algodão e 50% poliéster, no tamanho 0,55 cm x 0,70cm na cor branca, sem elástico.	Unidade	130	R\$ 24,21	R\$ 3.147,30
70	630017	<b>CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA TIPO CONTÊINER – 60 LITROS</b> Caixa plástica para movimentação manual de materiais diversos; com tampa na parte superior, agregada e não removível; com dobradiças, material plástico; empilhável e encaixável entre si; paletizável; permite encaixe de uma caixa no interior da outra quando vazia e com a tampa aberta, para economia de espaço de guarda; com alça /cavidade/suporte lateral para transporte; possui local para cartão/etiqueta de identificação; área interna lisa permitindo o máximo aproveitamento do espaço; volume interno aproximado de no mínimo 60 litros e máximo de 70 litros; medidas aproximadas (altura x largura x comprimento) entre 40 x 40 x 60 cm. Material Polipropileno ou Polietileno.	Unidade	200	R\$ 135,06	R\$ 27.012,00
71	619861	<b>LUVA DE VINIL - TAMANHO P / M / G</b> Luva de Vinil tamanho P, M e G, a ser definido no momento da solicitação de fornecimento. Luva para procedimento não cirúrgico. Material: Vinil. Cor: transparente. Características adicionais: sem pó, descartável, esterilidade: não estéril. Apresentação atóxica, tipo ambidestra. Modelo: formato anatômico, resistente à tração. Caixa com 100 unidades.	Caixa com 100 unidades	500	R\$ 21,39	R\$ 10.695,00
72	453304	<b>HD EXTERNO COM CAPACIDADE DE 2 TERABYTES</b> Capacidade de Armazenamento: 2TB (Terabytes) reais. Tipo de Disco: HDD (Hard Disk Drive) ou SSD (Solid State Drive), conforme especificado no pedido ou edital. Interface de Conexão: USB 3.0 ou superior, compatível com versões anteriores (ex: USB 2.0). Compatibilidade: Compatível com sistemas operacionais Windows, MacOS e Linux. Alimentação: Via porta USB, sem necessidade de fonte de alimentação externa. Velocidade de Transferência: Mínimo de 100 MB/s (para HDD) ou 400 MB/s (para SSD). Formato/Dimensão: Portátil (preferencialmente com peso inferior a 300g e dimensões compactas). Acessórios Inclusos: Cabo USB compatível com o padrão do equipamento. Corpo do Equipamento: Revestimento resistente, preferencialmente com material antichoque e resistente à água ou umidade leve.	Unidade	150	R\$ 517,35	R\$ 77.602,50
73	627389	<b>PELÍCULA BRANCA PARA PROJEÇÃO E ESCRITA</b> Largura do rolo de no mínimo 122 cm. Para substituição de película dos quadros brancos de laminado melamínico. Metragem indicada 200m²	Metro quadrado	200	R\$ 85,25	R\$ 17.050,00

74	629999	<p align="center"><b>COPO DESCARTÁVEL 200ML</b></p> <p>Copo descartável com capacidade para 200 ml, fabricado em material resistente ao calor, como polipropileno (PP) ou outro equivalente que suporte líquidos quentes sem deformação, derretimento ou liberação de substâncias nocivas. Produto atóxico, inodoro, bordas arredondadas para maior conforto e segurança no uso. Destinado a uso institucional, ideal para utilização com bebidas quentes como café, chá e similares. Os copos devem estar acondicionados em embalagem resistente contendo 100 unidades, devidamente lacrada. Embalagem deverá conter: o tipo de material que o produto é fabricado, capacidade, fabricante, lote e validade, se é destinado a bebidas quentes; declaração do fabricante de que o copo atende à RDC nº 20/2007 da Anvisa e a NBR 14865:2002 e Portaria Inmetro Nº 453/2010 (ou normas equivalentes, no que couber).</p>	Pacote com 100 unidades	200	R\$ 6,41	R\$ 1.282,00
75	627429	<p align="center"><b>COPO DESCARTÁVEL ISOPOR 180ML</b></p> <p>Copo descartável com capacidade nominal de 180 ml, fabricado em poliestireno expandido (EPS), também conhecido como isopor. Produto destinado ao uso com bebidas quentes ou frias, ideal para ambientes institucionais. O material deve ser atóxico, inodoro, resistente ao calor e com propriedades térmicas que auxiliem no isolamento da temperatura, evitando o aquecimento excessivo da parte externa ao toque e auxiliando na manutenção da temperatura do conteúdo. O copo deve apresentar estrutura firme, sem deformações, rachaduras ou rebarbas cortantes, com acabamento uniforme e bordas arredondadas. Deve ser acondicionado em embalagem com 100 (cem) unidades, devidamente lacrada. Embalagem deverá conter: o tipo de material que o produto é fabricado, capacidade, fabricante, lote e validade, se é destinado a bebidas quentes; declaração do fabricante de que o copo atende à RDC nº 20/2007 da Anvisa e a NBR 14865:2002 e Portaria Inmetro Nº 453/2010 (ou normas equivalentes, no que couber)</p>	Pacote com 100 unidades	50	R\$ 26,63	R\$ 1.331,50
76	621061	<p align="center"><b>ABAFADOR DE RUÍDOS PARA AUTISTAS</b></p> <p>Dispositivo de proteção auditiva com estrutura tipo concha, projetado para reduzir estímulos sonoros externos e auxiliar na regulação sensorial de pessoas com hipersensibilidade auditiva. Possui almofadas confortáveis, haste ajustável e design anatômico, garantindo o uso prolongado sem incômodo.</p>	Unidade	2	R\$ 194,93	R\$ 389,86
77	628093	<p align="center"><b>FONE DE OUVIDO BLUETHOOTH COM CANCELAMENTO DE RUÍDOS ATIVO – ATÉ 43 DECIBÉIS</b></p> <p>Fone de ouvido sem fio, com tecnologia de cancelamento ativo de ruído de até 43 decibéis, ideal para ambientes com ruídos moderados. Equipado com bateria recarregável, microfone embutido, conexão via Bluetooth, design over-ear e isolamento acústico, proporcionando conforto e foco para usuários com sensibilidade sonora.</p>	Unidade	2	R\$ 314,63	R\$ 629,26
78	475682	<p align="center"><b>LUPA ELETRÔNICA BOLINHA - USB</b></p> <p>Equipamento de ampliação visual portátil em formato esférico, com conexão via cabo USB. Permite ampliar conteúdos visuais em telas de computador, notebooks ou monitores. Possui ajuste de zoom, contraste e modos de cor para facilitar a leitura de textos por pessoas com baixa visão.</p>	Unidade	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
79	--	<p align="center"><b>KITS MULTIPLANO</b></p> <p>Conjunto didático utilizado como recurso pedagógico acessível, voltado para o ensino de matemática e alfabetização de estudantes com deficiência visual. Permite a manipulação tátil de letras, números e formas geométricas em superfície aderente, promovendo o aprendizado por meio da percepção tátil e visual.</p>	Unidade	2	R\$ 2.194,33	R\$ 4.388,66
80	--	<p align="center"><b>TECLADO PARA BAIXA VISAO TECLAS AMARELAS LETRAS PRETAS USB - ABNT2</b></p>	Unidade	2	R\$ 239,00	R\$ 478,00



		Teclado com layout brasileiro padrão ABNT2, desenvolvido especialmente para pessoas com baixa visão. Apresenta teclas ampliadas com fundo amarelo e letras pretas em alto contraste, conexão via USB, estrutura ergonômica e fácil visualização.				
81	--	BIG TRACKBALL - MOUSE ESTACIONÁRIO COM ESFERA GIGANTE Dispositivo apontador adaptado com esfera de grande diâmetro, ideal para usuários com mobilidade reduzida nas mãos ou membros superiores. Permite o controle preciso do cursor sem necessidade de movimentar o equipamento, promovendo acessibilidade e ergonomia.	Unidade	2	R\$ 1.108,33	R\$ 2.216,66
82	--	TECLADO ADAPTADO BRAILLE - USB Teclado com identificação em Braille sobre as teclas convencionais, permitindo a digitação por pessoas com deficiência visual. Conexão USB, padrão ABNT2 e design resistente, ideal para uso educacional ou administrativo.	Unidade	2	R\$ 248,76	R\$ 497,52
83	--	TECLADO PARA BAIXA VISÃO AMPLIADO COLORIDO COM COLMEIA Teclado com teclas de grande dimensão e cores variadas, que facilitam a distinção entre letras, números e funções. Equipado com estrutura tipo colmeia, que delimita o acesso às teclas e evita o acionamento acidental, beneficiando usuários com dificuldades motoras ou visuais.	Unidade	2	R\$ 345,00	R\$ 690,00
Total Geral						R\$ 1.012.181,46

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, contados do(a) assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 1.4.1 Para a prorrogação que trata o item anterior, o fornecedor deverá manter as condições iniciais de habilitação.
- 1.4.2 As condições para a prorrogação, que trata o item 1.4.1, podem incluir a renovação da quantidade dos materiais licitados até o limite do quantitativo original.
- 1.4.3 A prorrogação em tela será aplicada a todos os materiais constantes na ata de registro de preços, a critério da Administração.
- 1.4.4 A prorrogação que trata o item 1.4 do presente instrumento, ocorrerá mediante demanda da Administração e manifestação de concordância do fornecedor.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

1. **ID PCA no PNCP:** [11806275000133-0-000001/2025]
2. **Data de publicação no PNCP:** [09/07/2024]
3. **Id do item no PCA:** [190 - 191 - 192 - 193 - 194 - 195]
4. **Classe/Grupo:** [9999 - ITENS DIVERSOS - 6145 - FIOS E CABOS ELÉTRICOS - 6135 - BATERIAS NAO RECARREGÁVEIS - 7080 - PEÇAS, ACESSÓRIOS E FERRAMENTAS PARA REDES DE TIC - 7520 - ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO]
5. **Identificador da Futura Contratação:** [158658-23/2025]

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Na produção dos materiais – preferencialmente com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento;

4.1.2. Modo de produção – sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;

4.1.3. Embalagens compactas;

4.1.4. Produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental;

4.1.5. Na destinação final, produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reúso;

4.1.6. Considerando todas as fases do ciclo de vida dos produtos citados acima, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no Art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

I – bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

#### Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por ser uma contratação de baixa complexidade, que será cumprida no momento da entrega dos bens (entrega imediata).

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) solicitação de fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua Macucos, 131, Portal da Foz, CEP 85859-450, mediante agendamento pelo telefone 45 3522 9992 / 45 3522 9996 / 45 3522 9993 ou e-mails [almoxarifado@unila.edu.br](mailto:almoxarifado@unila.edu.br) ou [logistica@unila.edu.br](mailto:logistica@unila.edu.br), ou em outro endereço dentro da cidade de Foz do Iguaçu PR, a ser definido no momento da solicitação de fornecimento.

5.4. Caso, no momento da solicitação de fornecimento, não seja informado o endereço de entrega dos materiais fica o estipulado o descrito no item acima como sendo o local de entrega.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia contratual dos materiais, complementar à garantia legal *é estipulado em cada item*, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Os produtos com definição de data de validade requerida no presente instrumento, deverão manter-se em boas condições de utilização até o seu vencimento, caso não ocorra, a licitante vencedora deverá realizar a substituição da quantidade fornecida, ainda em estoque na instituição, e sem condições de utilização.

5.7. O prazo de validade será contado a partir da data do recebimento definitivo do material fornecido.

5.8. Para produtos sem prazo de validade informado no presente instrumento, mas com validade informada pelo fabricante, fica também a licitante vencedora, responsável pela possível substituição, durante o período apurado pelo fabricante, caso ocorra prejuízo à sua utilização.

5.9. Em caso de divergência entre o prazo de validade do produto estipulado pelo fabricante e o exigido no presente termo, fica a licitante vencedora responsável pelo prazo mais longo.

5.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

~~5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.~~

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “f” a “g” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar da entrega física do fornecimento, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. O prazo de entrega é improrrogável, salvo mediante solicitação do fornecedor de forma justificada e apresentada em até 05 (cinco) dias do vencimento do prazo inicial.

8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (trinta) dias, a contar da entrega física do fornecimento, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O fornecedor terá até 30 (trinta) dias para a retirada / coleta dos materiais rejeitados no todo ou em parte, a contar da data do envio da comunicação do fato pela Unila, às suas custas.

8.7. Passado o período acima estipulado a Unila poderá destinar o material não retirado / coletado conforme melhor entender e sem quaisquer ônus, salvo em caso de manifestação por escrito e/ou agendamento para retirada / coleta do material por parte do fornecedor.

8.8. Na hipótese de conserto e/ou substituição do fornecido, devido a quaisquer inconformidades, o prazo para nova verificação da qualidade e quantidade do material para consequente recebimento definitivo será de 10 (dez) dias contados do nova entrega física do material reparado/substituído.

8.9. A reparação que trata o item anterior deverá ocorrer de forma imediata e sem prejuízo da qualidade do material fornecido, mediante agendamento.

8.10. Na impossibilidade de reparar o material defeituoso de forma imediata, a licitante vencedora deverá substituir o item por outro com especificações iguais ou superiores

8.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.12. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis

8.13. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.15. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.17. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.20. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.20.1. o prazo de validade;

8.20.2. a data da emissão;

8.20.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.20.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.20.5. o valor a pagar; e

8.20.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.21. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.22. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.23.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.23.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.26. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.28. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.33. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.35. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.35.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.35.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.35.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.35.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.36 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.37 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/07/2025

8.38 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.39 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.40 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.41 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.42 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.43 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.44. O reajuste será realizado por apostilamento.



## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5 pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6 empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10 sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12 sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o Art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.22 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.012.181,46 (Um milhão, doze mil, cento e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos) conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

**(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - Art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)**

### **1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho como instrumento substitutivo ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite da Nota de Empenho pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. a Nota de Empenho substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital.

### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4 A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6 A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7 A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Foz do Iguaçu, Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**KATIA REGINA MALLMANN DEMETERKO**  
Agente de contratação

**MARCIO APARECIDO YOKOMIZO**  
Agente de contratação



# Estudo Técnico Preliminar 4/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo:

## 2. Descrição da necessidade

É objeto da presente licitação a possível aquisição de materiais de expediente, limpeza, elétricos e materiais diversos, para atendimento das demandas dos setores da Universidade de forma não faltar materiais considerados essenciais para seu funcionamento nos anos de 2025 e 2026.

Os materiais, da pretendida aquisição, são constantes da Lista de Materiais Essenciais às atividades da Instituição e representam os produtos comuns a vários setores da Unila, sendo portanto de ressuprimento constante, sendo necessários para a manutenção dos trabalhos administrativos, operacionais e rotineiros nos setores, dando continuidade ao serviço público aceitável.

Os itens de materiais essenciais são indispensáveis à operacionalização e não interrupção das atividades nas unidades durante o ano letivo e administrativo, haja vista que são materiais amplamente utilizados em salas de aula e escritório em geral. Trata-se de material muito relevante para o apoio das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas nos diversos setores da Universidade. Logo, a aquisição de materiais essenciais faz-se necessária para atender às necessidades do Almoxarifado e das Unidades da UNILA. A não aquisição implicará no prejuízo do desenvolvimento das atividades fins. Assim, com objetivo de cumprir a missão institucional e atender o interesse público, a UNILA vale-se dos instrumentos legais para aquisição de seus bens e serviços.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Logística	Márcio Aparecido Yokomizo

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, prorrogáveis por mais 12 meses, contados da assinatura do contrato ou documento substitutivo, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021

Para a prorrogação, o fornecedor deverá manter as condições iniciais de habilitação. As condições para a prorrogação, podem incluir a renovação da quantidade dos materiais licitados até o limite do quantitativo original. A prorrogação em tela será aplicada a todos os materiais constantes na ata de registro de preços, a critério da Administração. A prorrogação, ocorrerá mediante demanda da Administração e manifestação de concordância do fornecedor.

Será permitida a utilização da ata de registro de preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) solicitação de fornecimento. Os bens serão entregues em remessa única, no seguinte endereço: Rua Macucos, 131, Portal da Foz, CEP 85859-450, mediante agendamento pelo telefone 45 3522 9992 / 45



3522 9996 / 45 3522 9993 ou e-mails [almoxarifado@unila.edu.br](mailto:almoxarifado@unila.edu.br) ou [logistica@unila.edu.br](mailto:logistica@unila.edu.br), ou em outro endereço dentro da cidade de Foz do Iguaçu PR, a ser definido no momento da solicitação de fornecimento.

Caso, no momento da solicitação de fornecimento, não seja informado o endereço de entrega dos materiais fica o estipulado o descrito no item acima como sendo o local de entrega.

Os produtos com definição de data de validade requerida no presente instrumento, deverão manter-se em boas condições de utilização até o seu vencimento, caso não ocorra, a licitante vencedora deverá realizar a substituição da quantidade fornecida, ainda em estoque na instituição, e sem condições de utilização.

O prazo de validade será contado a partir da data do recebimento definitivo do bem fornecido. Para produtos sem prazo de validade informado no presente instrumento, mas com validade informada pelo fabricante, fica também a licitante vencedora, responsável pela possível substituição, durante o período aprazado pelo fabricante, caso ocorra prejuízo à sua utilização. Em caso de divergência entre o prazo de validade do produto estipulado pelo fabricante e o exigido no presente termo, fica a licitante vencedora responsável pelo prazo mais longo.

A contratação se dará através de Registro de Preço. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.1.4. O fornecimento do objeto será parcelado.

O prazo de entrega é improrrogável, salvo mediante solicitação do fornecedor de forma justificada e apresentada em até 05 (cinco) dias do vencimento do prazo inicial

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Na impossibilidade de reparar o material defeituoso de forma imediata, a licitante vencedora deverá substituir o item por outro com especificações iguais ou superiores

O fornecedor terá até 30 (trinta) dias para a retirada / coleta dos bens rejeitados no todo ou em parte, a contar da data da comunicação do fato pela Unila, às suas custas.

Passado o período acima estipulado a Unila poderá destinar o material não retirado / coletado conforme melhor entender e sem quaisquer ônus, salvo em caso de manifestação por escrito e/ou agendamento para retirada / coleta do material por parte do fornecedor.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

A reparação que trata o item anterior deverá ocorrer de forma imediata e sem prejuízo da qualidade do material fornecido, mediante agendamento.

Na hipótese de conserto e/ou substituição do fornecido, devido a quaisquer inconformidades, o prazo para nova verificação da qualidade e quantidade do material para consequente recebimento definitivo será de 30 (trinta) dias contados do novo recebimento provisório ou reparação do material.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

## 5. Levantamento de Mercado

A equipe de planejamento da presente aquisição analisou o cenário atual e buscou alinhar os valores com a realidade do mercado.

A pesquisa de preços será realizada com base na Instrução Normativa 73/2020, atendendo os parâmetros:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico [paineldepregos.gov.br](http://paineldepregos.gov.br), desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Ainda, diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige aquisição de materiais para suprir as necessidades de várias áreas da Universidade. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Assim, avaliou-se também, a variação pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa, logo, a aquisição dos materiais, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

Sobre a forma de contratação, segundo a Lei 10.520/2002, art. 1º e seu parágrafo único:

*Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

*Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.*

Dessa forma, a melhor forma de contratação para os materiais pleiteados, considerando serem todos de natureza comum nos moldes da Lei 10.520/02, é por pregão, na sua forma eletrônica.

## 6. Descrição da solução como um todo

Aquisição de materiais de expediente, limpeza, elétricos e materiais diversos, para atendimento das demandas dos setores da Universidade, de forma não faltar materiais considerados essenciais para seu funcionamento nos anos de 2025 e 2026. Os materiais, da pretendida aquisição, são constantes da Lista de Materiais Essenciais às atividades da Instituição e representam os produtos comuns a vários setores da Unila, sendo portanto de ressurgimento constante, sendo necessários para a manutenção dos trabalhos administrativos, operacionais e rotineiros nos setores, dando continuidade ao serviço público aceitável. Os itens considerados essenciais, são indispensáveis à operacionalização e não interrupção das atividades nas unidades durante o ano letivo e administrativo, haja vista que são materiais amplamente utilizados em salas de aula e escritório em geral. Trata-se de material muito relevante para o apoio das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas nos diversos órgãos da Universidade. Logo, a aquisição de materiais de essenciais faz-se necessária para atender às necessidades do Almoxarifado e das Unidades da UNILA. A não aquisição implicará no prejuízo do desenvolvimento das atividades fins. Assim, com objetivo de cumprir a missão institucional e atender o interesse público, a UNILA vale-se dos instrumentos legais para aquisição de seus bens e serviços.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Buscando justificar as quantidades levantadas, informa-se que a pretensa licitação tem como objetivo a garantia do abastecimento da Universidade em relação aos itens essenciais, itens comuns a toda instituição ou aqueles utilizados por vários setores, para o funcionamento diário e uso nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas da Unila.

Destaca-se que o processo em tela será instruído ao Sistema de Registro de Preços - SRP, sem compromisso de aquisição por parte da Administração, conforme consta do Termo de Referência - TR.

Em relação aos materiais utilizados em salas de aula, espaços administrativos, de reuniões e laboratórios, como: apagadores de quadro negro e de quadro branco, canetas para quadro branco, colas, papel emborrachado - EVA, celofane, papel alumínio, fitas

adesivas, cabos (HDMI / P10 - P10), extensão elétrica, entre outros, tem sua utilização diária e com isso a preocupação em registrar a quantidade indicada a fim de evitar ruptura de estoques e consequente desabastecimento dos produtos, desta forma pretende-se garantir o ressuprimento através das Atas de Registro de Preços - ARP, resultantes da licitação.

O Almoxarifado Central da instituição conta com estruturas de armazenagem tipo porta paletes, o que possibilita aumento de sua capacidade de armazenagem com a verticalização, além de empilhadeira elétrica e outros equipamentos para movimentação de materiais de uso exclusivo do local. Tal aparato é utilizado para guarda e movimentação de materiais de consumo e bens patrimoniais, com segurança e agilidade.

Alguns materiais a ser licitados no presente processo administrativo serão utilizados para dar suporte nos processos de armazenagem, manuseio, movimentação dos materiais estocados e visam garantir a integridade e o bom estado de conservação desses produtos armazenados como: filme stretch, caixas organizadoras, plástico bolha, aplicadores de fita adesiva e de filme stretch. Tais materiais têm grande imprevisibilidade de utilização, pois também dependem da aquisição de materiais que são responsabilidade de outros setores da Unila, mas que ao chegarem na instituição tem sua armazenagem aos cuidados do DELOG, SEAL e/ou SEPAT.

A Unila está analisando a possibilidade de implementação do novo sistema para controle patrimonial Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - SIADS, assunto debatido com mais afinco e com os registros dessa análise constantes no processo administrativo 23422.012369/2025-66 - REGISTRO DE TRATATIVAS E ANÁLISE TÉCNICA SOBRE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS - SIADS. Caso a instituição venha a efetivar tal implantação, busca-se com a possível aquisição do item etiqueta auto adesiva a identificação dos bens patrimoniais com o devido número de registro (número de tombo). Em caso de implementação desse sistema todas as etiquetas de identificação de patrimônio deverão ser substituídas pois que o novo sistema gera novos números para identificação dos bens patrimoniais (Portaria nº 232/2020/ME <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-no-232-de-2-de-junho-de-2020>). E ainda, a quantidade do item etiqueta auto adesiva foi planejada de modo a contemplar possíveis novas aquisições de bens patrimoniais, pela Unila.

A demanda dos itens fone de ouvido, webcam e memórias portáteis surge do atual cenário da universidade, onde o teletrabalho está implantado e com ele as reuniões virtuais estão mais efetivas. A instituição deve dar suporte aos servidores em suas atividades remotas, com equipamentos e materiais adequados. Destaca-se ainda nesse atual contexto que a experiência com reuniões virtuais apresentam menor empenho recursos, se comparadas às presenciais, pois essas ainda necessitam de outros bens como e não somente: mesas, cadeiras, computadores, projetor, além de um espaço físico próprio para a quantidade de pessoas presentes. Nesse sentido demonstram-se de grande eficácia e utilização os itens citados.

Os filtros de água e refis, buscam atender a manutenção dos 44 bebedouros industriais em uso na universidade, a considerar que os refis dos filtros de água devem ser substituídos semestralmente ou quando não apresentarem condições de filtragem.

Os itens relacionados a limpeza e conservação dos espaços são necessários para atendimento da grande demanda de eventos da universidade e limpeza dos laboratórios. O atual contrato de limpeza (contrato 09/2024 - Nelson Ferrari LTDA) disponibiliza os materiais de limpeza para espaço administrativos e acadêmicos, exceto para laboratórios tão pouco para eventos, restando essa demanda para a universidade suprir por meios próprios.

Citamos também as demandas repesadas dos últimos processos de aquisição do departamento. Vários itens foram desertos e portanto a necessidade permanece.

Cobertores, lençóis e travesseiros são demandas da PRAE para utilização nos alojamentos estudantis, bem como para suprir o internado dos graduandos em Medicina junto ao Hospital Municipal de Foz do Iguaçu.

O item Película Branca para Projeção e Escrita, busca a substituição das existentes na universidade desgastadas pelo uso diário, sendo tal demanda registrada pela Coordenadoria de Infraestrutura e Meio Ambiente - CIMA.

Cabe destaque ainda que no processo de aquisição anterior (PE 19/2023) alguns itens restaram impossíveis de aquisição, como: PILHA RECARREGÁVEL 9V; PAPEL CELOFANE; PLÁSTICO BOLHA; GARRAFA TÉRMICA; PANO DE PRATO; APLICADOR FITA; APLICADOR MANUAL DE FILME STRETCH; BLOCO FLIP CHART, frustrados na licitação e ainda os itens: PILHA AAA - ALCALINA, e; PILHA AA - ALCALINA, onde os fornecedores apresentaram problemas fiscais no momento do empenho dos materiais, inviabilizando a contratação. Assim, esses itens e quantidades foram replicados no presente processo de aquisição.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), comprometida com os princípios de inclusão, equidade e acessibilidade, propõe a aquisição de equipamentos e recursos de tecnologia assistiva com a finalidade de garantir o direito à educação plena de estudantes com deficiência. Atualmente, a instituição atende cerca de 106 estudantes com deficiência, incluindo pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão), deficiência auditiva (inclusive surdez), transtorno do espectro autista (TEA), entre outras condições que demandam apoio especializado. A aquisição dos materiais listados visa suprir lacunas existentes no atendimento educacional especializado e proporcionar condições adequadas de estudo, aprendizagem e participação

nas atividades acadêmicas, conforme preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE). Os recursos propostos incluem tecnologias como teclados em Braille, lupas eletrônicas, abafadores de ruído, mouses adaptados, teclados ampliados para baixa visão, entre outros. Tais ferramentas são essenciais para remover barreiras comunicacionais, sensoriais, motoras e cognitivas enfrentadas pelos estudantes com deficiência no ambiente acadêmico. Os materiais são: ABAFADOR DE RUÍDOS PARA AUTISTAS, FONE DE OUVIDO BLUETHOOTH CQY H3 COM CANCELAMENTO DE RUÍDOS ATIVO – ATÉ 43 DECIBÉIS, LUPA ELETRÔNICA BOLINHA - USB, KITS MULTIPLANO, TECLADO PARA BAIXA VISÃO TECLAS AMARELAS LETRAS PRETAS USB - ABNT2, BIG TRACKBALL - MOUSE ESTACIONÁRIO COM ESFERA GIGANTE, TECLADO ADAPTADO BRAILLE - USB, TECLADO PARA BAIXA VISÃO AMPLIADO COLORIDO COM COLMEIA

Dessa forma, destaca-se novamente que a licitação será no Sistema de Registro de Preços – SRP, portanto não compromete o orçamento do órgão ao valor licitado, mas sim a necessidade de fornecimento / ressuprimento de cada item, bem como o instrumento licitatório não define compromisso de aquisição por parte da Administração.

Dessarte tais procedimentos são amparados nos incisos I, II e V do Art. 3º do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023, decreto este que regulamenta o art. 82 da Lei 14.1333, de 1º de abril de 2021: Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial: I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; ... V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Do acima exposto, ratifica-se a preocupação da área demandante com o levantamento das quantidades e sua aplicabilidade às demandas formalizadas, bem como ao atendimento das requisições e necessidades gerais da Unila.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.012.181,46

O custo estimado total da contratação é de 1.012.181,46 (Um milhão, doze mil, cento e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos)

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme Lei nº 14.133/2021, Art. 40, o planejamento de compras deverá considerar, entre outras coisas, o parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Ainda de acordo com o § 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

No caso, esta contratação é composta por 83 itens e apresenta-se viável o parcelamento.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas e/ou interdependentes

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra respaldo institucional no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, especificamente no Objetivo Específico 15.9.1 - Diretriz Estratégica 33.3 - Qualificar os ambientes e estruturas provisórias, para promover condições de desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Plano de Gestão Reitorado 2019-2023, especificamente no Objetivo Tático - 4.2.5 Infraestrutura e insumos - XV Prover a infraestrutura e os insumos destinados ao funcionamento institucional, reavaliando permanentemente os gastos, sempre com vistas à sustentabilidade econômica;

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Atender as demandas de toda Universidade em relação aos materiais de expediente, materiais de limpeza e materiais elétricos. Visando não deixar a instituição desassistida em relação aos itens indicados da possível aquisição.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não se verificam providências a serem adotadas para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

As ações a serem realizadas que possam ter algum impacto ambiental são, principalmente, a utilização de material de maneira inadequada, a destinação incorreta de material, resíduos e embalagens, em desacordo com a legislação vigente. A não separação do lixo, pois a maioria dos itens, após sua utilização, enquadra-se como material reciclado.

A pretensa aquisição, cita em seu Termo de Referência, os requisitos de sustentabilidade exigidos, como forma de reduzir possíveis impactos ambientais. Busca diariamente orientar a comunidade acadêmica quanto a destinação correta do lixo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe declara viável esta contratação

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCIO APARECIDO YOKOMIZO**

Agente de contratação

**KATIA REGINA MALLMANN DEMETERKO**

Agente de contratação



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90024/2025**  
**MODELO – PROPOSTA DE PREÇO**

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
Item do TR	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Valor Total do Grupo				

Declaramos que garantimos o fornecimento dos bens e serviços sempre que solicitados e no prazo exigido no Termo de Referência, contados a partir do envio/recebimento da “Solicitação de Fornecimento” e/ou Nota de Empenho.

Declaramos que todas as parcelas solicitadas dos bens e serviços atenderão às exigências e especificações do Edital de Pregão Eletrônico **Nº 90024/2025**, assim como a toda legislação inerente ao fornecimento do(s) mesmo(s).

Declaramos que nos preços consignados em nossa proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

Declaramos que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da presente data.

Declaramos que garantimos a qualidade dos serviços e as quantidades dos bens solicitados, assim com as exigências emanadas dos órgãos competentes no que se refere ao carregamento, transporte e descarregamento dos mesmos.

Indicamos e nomeamos o(a) Sr(a). ....., CPF nº ....., RG nº ....., como nosso(a) representante legal, com competência e autorização para decidir e resolver toda e qualquer solicitação, reclamação e/ou pendências inerentes e durante a execução do objeto contratado, podendo ser contatado pelo(s) telefone(s) (xx) .....

Informamos, abaixo, nossos dados para futuros compromissos, caso nossa empresa seja a vencedora deste certame licitatório.

Razão Social: .....

CNPJ nº .....

Endereço: .....



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

Telefone/Fax: .....  
Correio eletrônico: .....  
Banco: .....  
Agência: .....  
Conta Corrente: .....  
Correio eletrônico:.....

....., ..... de ..... de 2025.

**(assinatura)**

---

(nome e cargo do signatário)  
CPF:  
RG:  
CNPJ:  
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

**Observação: A proposta de preço deverá ser assinada em papel timbrado com  
carimbo da empresa ou por meio de assinatura digital.**





**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

Minuta padrão da AGU para compras, disponível em:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrancia>

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XXX/XXXX**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2025**

Processo Administrativo N.º **23422.002685/2025-20**

O(A) Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 3.147, Itaipu B, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, CEP 85.867-000, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 11.806.275/0001-33, neste ato representado(a) pelo(a) Reitora, Sra. Diana Araujo Pereira, nomeada pelo Decreto publicado no DOU no 111, de 14 de junho de 2023, seção 02, pg. 1, portadora da Matrícula Funcional no \*\*193\*\*, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90024/2025, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 23422.002685/2025-20, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de expediente, limpeza, elétricos e materiais diversos, para atender aos laboratórios de ensino e pesquisa da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), especificado(s) no(s) item(ns) **1 a 83** do Termo de Referência **119/2025**, anexo do edital de Licitação nº **90024/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]								
	X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será **UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA, UASG 158658**.

3.2. Além do gerenciador, **NÃO há órgãos** e entidades públicas participantes do registro de preços.

**4. DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

- 4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO**



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

**RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou no aviso de contratação direta, poderá:



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.





**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Foz do Iguaçu, xx de xxxxx de 2025.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de Licitar e contratar com a União, decorrentes da prática de infrações cometidas na fase licitatória e definidas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

**O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM EXERCÍCIO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**, nomeado pela Portaria nº 603/2024/GR de 17 de junho de 2024, tendo em vista a delegação de competências e o estabelecimento de atribuições pela Portaria nº 283/2020/GR, alterada pela Portaria 502/2022/GR e, considerando o previsto na Lei nº 9.784/1999 e na Lei nº 14.133/2021, **RESOLVE**:

Art. 1º Estabelecer o regramento para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, decorrente da prática de condutas previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cometidas na fase licitatória, no âmbito dos procedimentos licitatórios realizados pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

Art. 2º No curso das licitações realizadas no âmbito da UNILA, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidades e a aplicação de sanções, quando restar comprovada a ocorrência da prática injustificada das condutas tipificadas no Art. 155 da Lei 14.133/2021 e abaixo transcritas:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame (Art.155, inciso IV): consideram-se comportamentos que serão enquadrados neste inciso, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- a) deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- b) entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- c) fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- d) deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação ou pregoeiro, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

II - não manter a proposta (Art.155, inciso V): salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado - Constituem comportamentos que serão enquadrados neste inciso, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

- a) deixar de atender a convocações do agente de contratação ou pregoeiro durante o trâmite do certame, como encaminhar proposta atualizada; deixar de prestar informações adicionais quanto ao objeto licitado, ou atendê-las de forma insatisfatória;
- b) deixar de encaminhar as amostras solicitadas pelo agente de contratação ou pregoeiro ou às encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório ;
- c) abandonar o certame;
- d) solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (Art.155, inciso VI);

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (Art.155, inciso VIII) ;

V - fraudar a licitação (Art.155, inciso IX): considera-se a conduta deste inciso como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da UNILA, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste Artigo.

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (Art.155, inciso X): considera-se a conduta deste inciso como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação.

VII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (Art.155, inciso XI)

VIII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (Art.155, inciso XII).

Art. 3º Para fins de apuração da sanção de Impedimento prevista no inciso III do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, cuja competência pela aplicação é do Reitor da UNILA ou a quem ele delegar competência, sua eventual aplicação deverá estar de acordo com as disposições deste Instrumento Normativo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na Lei, quando a licitante:

I - Art. 155, inciso IV: deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 01 (um) mês.

II - Art. 155, inciso V: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses.

III - Art. 155, inciso VI: não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas nos demais incisos do caput do Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 (incisos I a III, e VII a XII), a avaliação e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena prevista no contrato/instrumento convocatório caberá aos fiscais e gestores do contrato/instrumento equivalente, e submetidos a análise da autoridade competente, aplicando-se, no que couber, o disposto neste Instrumento Normativo.

Art. 4º As penalidades previstas no Art. 3º, serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) na sua pena-base, para cada agravante, até o limite de 36 (trinta e seis) meses, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado que o licitante tenha sofrido registro de 3 (três) ou mais penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do fato que ensejou a abertura do processo sancionatório;

II - quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a condenação, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave à UNILA.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, se aplicáveis ao caso, também serão majoradas na forma prevista neste Artigo, em especial quando da ocorrência do contido no inciso V.

Art. 5º Quando a conduta da empresa não tenha incidido em qualquer agravante do Art. 4º, as penas previstas no Art. 3º serão reduzidas pela metade, apenas uma vez, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 12 (doze) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pela UNILA.

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável, ou de menor repercussão, do licitante;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo;

§1º No caso em que o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou contratações ocorridos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade, a sanção será reduzida para ¼ (um quarto).

§ 2º - As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, se aplicáveis ao caso, também serão minoradas na forma prevista neste Artigo.

Art. 6º Na aplicação das sanções, compete ao Reitor da UNILA, ou a quem ele delegar tal função, a avaliação e aplicação dos critérios de dosimetria das sanções previstas neste Instrumento Normativo.

Art. 7º No caso do certame conter diversos itens, as penalidades tipificadas nesta Instrução Normativa serão apuradas por item ou grupo, e serão agrupadas e somadas para fins de aplicação da sanção.

Parágrafo único: Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

Art. 8º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Art. 9º É dever de todo servidor da UNILA, em especial dos agentes de contratação, fiscais e gestores de contrato, comunicar ao Departamento de Contratos - DECON, acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar aos tipos infracionais previstos no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Além da comunicação de que trata o caput deste Artigo, também é seu dever prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao eventual cálculo de multas pecuniárias.

§ 2º Diante da avaliação das circunstâncias do caso concreto, o servidor, agente de contratação ou pregoeiro, fiscal e gestor de contrato poderá justificar o afastamento do dever de comunicação de que trata o caput deste Artigo, quando entender que na prática de alguma conduta prevista no Art. 2º desta normativa estejam presentes as circunstâncias previstas no Art. 5º, sem prejuízo de eventual reavaliação da pertinência da instauração do processo sancionatório por parte da autoridade competente.

§ 3º O DECON deverá manter em sua página institucional formulário adequado e atualizado para solicitar abertura de procedimento para conduta passível de aplicação de penalidade, disponível em <https://portal.unila.edu.br/proagi/cccl/demandantes-e-area-tecnica/sancoes>.

Art. 10. A partir da comunicação de que trata o caput do Art. 9º desta instrução normativa, cumpre ao DECON realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a apreciação do pedido e condução do processo, visando a produção de provas e esclarecimentos adicionais junto aos demandantes da sanção e ao pretenso sancionado;

II - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

III - o controle dos prazos;

IV - o recebimento e análise das respostas, manifestação e alegações dos investigados;

V - a produção de relatório final conclusivo, ou minuta de decisão apta a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação/afastamento da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no Art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 11. Após esauridos os recursos administrativos cabíveis, caberá ao DECON adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. Aplicam-se aos processos administrativos instaurados com base nesta Normativa, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 1999, devendo prevalecer os prazos e procedimentos específicos previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 13. Fica revogada a Instrução Normativa 02/2021/PROAGI, publicada no Boletim de Serviço 54/2021, de 02 de julho de 2021.

Parágrafo único. Permanecem regidos pela Instrução Normativa 02/2021/PROAGI, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

DIOGO ANDRE BASTIAN

*Instrução Normativa nº 1/2024/Proagi, com publicação no Boletim de Serviço nº 71, de 23 de Abril de 2025.*

#### **Observações:**

Documento publicado em Duplicidade. Consultar a versão original no Link: <https://atos.unila.edu.br/atos/instrucao-normativa-n-ordm-156-2024-proagi-16257>